SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/10/2015 - Instituto Telecom

MCTI espera orientação do Planejamento para cortes e reestruturação

O ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, o deputado federal pelo PMDB do Rio de Janeiro Celso Pansera, voltou à Câmara nesta quinta-feira, 15/10, para prestigiar a Frente Parlamentar de C&T, onde prometeu cuidar pessoalmente do trato com os parlamentares e saber, em breve, qual o tamanho da cirurgia que vai operar no Ministério.

"Na segunda ou na terça-feira vou receber o estudo do Ministério do Planejamento sobre o novo tamanho do ministério. Aí vamos reorganizar. Nas equipes de trabalho, nas secretarias, o critério é técnico. Mas a relação política da câmara vamos fazer muito bem e vou comandar esse processo fundamental", disse o ministro.

Questionado pelo portal Convergência Digital sobre as propostas de fusão de certas secretarias, particularmente a SEPIN, voltada para Políticas de Informática, Pansera disse inicialmente que qualquer indicação nesse sentido é especulação. Mas admitiu que se o MCTI for alvo do corte de 30 secretarias ministeriais, fundir estruturas será uma das medidas necessárias.

Orçamento

"A crise macroeconômica afeta, não tem como não ser afetado, e não seria diferente na Ciência e Tecnologia. Dentro da situação do país, obviamente estamos reorganizando o ministério, mas tem um conjunto de pautas que o [ex-] ministro Aldo Rebelo já havia desenhado e que daremos continuidade", explicou Celso Pansera.

Enquanto isso, ele também promete tentar garantir um panorama um pouco melhor para o próximo ano. O ministro antecipou que, na próxima semana, se reúne com o relator setorial do Orçamento 2016 para C&T e comunicações, deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG). "Vamos avaliar e poderemos sugerir alterações", disse o ministro.

Proteste lança campanha contra cobrança indevida na conta de celular

Pesquisa da entidade aponta que 60% dos usuários já receberam cobrança indevida e, destes, apenas 8,5% obtiveram solução

A Proteste – Associação de Consumidores lançou hoje, 15, a campanha Controle sua Conta. A iniciativa ensina os consumidores a controlar o consumo de telefonia. Também oferece orientações jurídicas aos usuários que identifiquem problemas na fatura. A campanha fica no ar até 11 de dezembro.

Segundo a associação, as cobranças indevidas são frequentes nas contas de telefonia celular. Em pesquisa realizada com 411 consumidores, cerca de 60% apontou já ter tido cobrança indevida. Destes, 66% procuraram a operadora, mas 38% dos que procuraram não tiveram retorno sobre a reclamação. Apenas 8,5% dos reclamantes foi reembolsado com correção, com um tempo médio de espera de 37 dias.

A pesquisa constatou que há falta de informação aos consumidores. Metade não entende como é feita a cobrança, e não vai atrás para receber seu contrato e a conta detalhada: 55% não receberam o contrato e 14,3% não recebem a conta detalhada, e não buscam essa informação. Os dados foram coletados nos meses de agosto e setembro últimos, por meio de questionários enviados para uma amostra de homens (32,6%) e mulheres (67,4%) com mais de 18 anos de idade, 38% com superior completo, das cinco regiões do país.

Os participantes tinham idade média de 48 anos, e 19% deles apontaram enfrentar situação financeira difícil, e 6,6% muito difícil. E 49,4% disseram ter renda suficiente para arcar com as despesas. Entre eles, 39% têm plano da Vivo e 21,6% TIM; 24% Claro e 9,4% Oi. Pouco mais da metade, 51%, tem plano pós-pago; 31,9% pré-pago e 17% tem plano controle. A Proteste orienta o consumidor que não reconheça algum dos itens cobrados na fatura a entrar em contato com a operadora.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

15/10/2015 - Brasil de Fato

500 empresas devem R$ 392 bilhões à União; mineradora Vale lidera o ranking

17% do montante das dívidas equivalem aos R$ 66 bilhões da meta do ajuste fiscal deste ano.

O Ministério da Fazenda divulgou uma lista com as 500 empresas que mais devem à União. Juntas, as dívidas somadas chegam a mais de R$ 392 bilhões. Caso 17% desse valor voltasse aos cofres públicos de uma vez, já alcançaria os R$ 66 bilhões da meta do ajuste fiscal deste ano, que vem cortando investimentos de diversas áreas sociais, como saúde e educação. Além disso, o rombo nas contas públicas de 2014, que é de R$ 32,5 bilhões, também poderia ser compensado com parte do montante das dívidas.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou, por meio de nota, que a divulgação da lista faz parte da gestão do ministro da Fazenda Joaquim Levy de "promover um incremento da recuperação de créditos inscritos em Dívida Ativa da União, na busca pela justiça fiscal", e que "o objetivo é dar a máxima transparência aos dados da Dívida Ativa da União".

Achilles Frias, procurador da Fazenda e presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda (Sinprofaz), afirma que a quantidade de dívida de todas as pessoas jurídicas para com a União ultrapassa a casa do R$1,5 trilhão. "Temos 3,5 milhões de devedores grandes. Desses, 18 mil respondem por 2/3 de toda dívida, e desses, as 500 empresas divulgadas respondem por 40%".

Além de ações judiciais que visam travar a cobrança das dívidas, o procurador denuncia que muitas empresas declaram as dívidas para não cometerem ilícitos, mas não pagam, esperando para utilizar o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), que alivia multas, juros e outros encargos. "As empresas preferem não pagar para fazer o parcelamento mais tarde. É melhor que pegar dinheiro no banco, e elas usam dinheiro da União, que deveria ir para programas sociais, para pagar suas dívidas".

Segundo Achilles, um impasse para que essas dívidas sejam cobradas é que a Procuradoria está sucateada. "A Procuradoria é o único órgão que pode fazer as cobranças dessa dívida, mas não se confere estrutura para isso. Para cada procurador, há 0,7 servidores, então o procurador, além do trabalho jurídico, tem o trabalho burocrático de localizar devedor, procurar bens. O sistema de dados também está ultrapassado. Se o governo investisse na Procuradoria, e ela fosse atrás desses 18 mil devedores, o ajuste fiscal, que está penalizando a economia e o cidadão, seria desnecessário. E é a cobrança dos grandes, de quem deve".

Primeiro lugar

A mineradora Vale é a maior devedora, com R$ 41,9 bilhões em dívidas. Desta quantia, o pagamento de R$ 32,8 bilhões está suspenso por decisões judiciais. A empresa deve cerca de R$ 17 bilhões a mais do que a segunda devedora da lista, a empresa Carital Brasil LTDA, antiga Parmalat, com R$ 24,9 bilhões de dívidas.

Apesar de dever para a União, a Vale recebe investimentos estatais para continuar operando no país. Estudo da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) aponta que, para minerar na Amazônia, a Vale obteve 70% do valor de R$ 506,96 milhões que foi distribuído para as mineradoras que atuam na Amazônia, via Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), entre 2007 e 2012. Esse montante foi injetado na mineração altamente lucrativa do ferro e cobre nas minas de Carajás.

Segundo o governo do Pará, por consequência da Lei Kandir, criada em 1996 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a Vale está isenta de pagar tributos às operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS). Isso já subtraiu dos cofres públicos do estado R$ 25 bilhões.

De acordo com o Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp), os acionistas da empresa em diversas partes do mundo embolsaram US$ 4,5 bilhões, no ano de 2013. A mineradora ainda aprovou uma segunda parcela de US$ 1,74 bilhão, chamada de remuneração mínima, ao mesmo grupo, paga no fim de 2013, além de um valor adicional de US$ 500 milhões.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

"O Estado brasileiro deveria tomar uma atitude mais contundente para com os devedores do próprio Estado, começando pela Vale, ao cobrar a dívida através das ações que a mineradora distribui", afirma Jarbas Vieira, do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

Bancos

Entre os que receberam essas quantias da Vale, está a JP Morgan Chase & Company. O Banco J.P. Morgan S.A. figura na lista de devedores da fazenda em 79º lugar, com dívida de R$ 841 milhões.

Os bancos, setor que tem lucrado muito este ano, mesmo com a crise econômica, também registram dívidas na Receita. Bradesco, Santander e Itaú juntos somam R$ 7,900 bilhões em dívidas.

O lucro do Bradesco no primeiro semestre de 2015 foi acima de R$ 8,7 bilhões; sua dívida com a Receita é a sétima maior da lista, em mais de R$ 4,8 bilhões. Somado com a dívida de R$ 408 milhões da filial Bradesco Financiamentos S.A., em 222º lugar na lista, o banco deve um total de R$ 5,279 bilhões.

O Itaú, por sua vez, teve lucro de R$ 11,7 bilhões, e deve, por conta da Itaucard S.A., braço responsável pela emissão e administração de cartões de crédito, a 44ª maior dívida na lista; R$ 1,35 bilhão.

Já o Santander, que teve lucro de R$ 3,3 bilhões, tem duas dívidas, a do Banco Santander Brasil S.A. está em 69º lugar, com R$ 978 bilhões, e a da Santander Leasing S.A, que é a 353ª maior, com R$ 288 milhões, que totalizam R$ 1,266 bilhão em dívidas.

Confira a lista das 10 empresas mais devedoras (em bilhões)

1 - Vale: R$ 41,9
2 - Carital Brasil Ltda: R$ 24,9
3 - Petrobras: R$ 15,6
4 - Industrias de Papel R Ramenzoni S/A: R$ 9,7
5 - Duagro Adm e Participações: R$ 6,5
6 - Viação Aérea São Paulo (Vasp): 6,2
7 - Banco Bradesco: 4,8
8 - Varig: 4,6
9 - American Virginia Ind e Comércio Exp. De Tabacos Ltda: 4,1
10 - Condor Factoring Fomento Comercial: 4,1

15/10/2015 - Vermelho

Ciro: "Estamos devagarinho virando o jogo do golpe!"

Ao comentar os desdobramentos da conjuntura política nacional, o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) disse que "estamos devagarinho virando o jogo do golpe". Sua avaliação foi com base nas liminares do Supremo Tribunal Federal (STF) que barrou as manobras golpistas da oposição para tentar emplacar um impeachment contra o mandato da presidenta Dilma. As declarações foram publicadas no Blog do Eliomar.

O ex-ministro Ciro Gomes filiou-se recentemente ao PDTO ex-ministro Ciro Gomes filiou-se recentemente ao PDT Sobre a teses das "pedaladas fiscais", Ciro foi enfático: "Isso é baboseira. É mentira!". Segundo ele, as pedaladas foram feitas por todos os governos e que, em situações em que a gestão se vê em dificuldades para honrar alguns compromissos, pede ajuda aos bancos oficiais e depois faz a reposição necessária. Ciro salientou que tais medidas não servem de base legal para um pedido de impeachment.

Em outra entrevista ao jornalista José Maria Melo, do Diário do Nordeste, Ciro salientou que "impeachment não é remédio para governo que a gente não gosta".

"É uma coisa muito rara, muito difícil, traumática, que acontece quando há um crime de responsabilidade que você atribui ao presidente da República como responsável por ele. Definitivamente, não é o caso. Todo mundo, mesmo que não goste, sabe que Dilma é uma pessoa honrada. Contra ela, não há nenhuma acusação", declarou.

O ex-ministro viajou nesta quinta-feira para Brasília, onde trata de questões relacionadas ao projeto da Ferrovia Transnordestina, sob seu comando na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

15/10/2015 - Vermelho

Paulo Paim: Os trabalhadores sob o fogo do dragão

Os olhos da sociedade estão exclusivamente voltados para as crises política e econômica do País. Também pudera: inflação em alta, aumento do custo de vida, desemprego crescente, ajuste fiscal, escândalos e mais escândalos envolvendo variados matizes partidários e setores empresariais. Apesar disso, chamo a atenção para uma meticulosa orquestração que está em curso, conduzida por grupos no Congresso Nacional, que tem por objetivo liquidar a nossa legislação trabalhista e social.

Nas últimas eleições, houve redução do número de senadores e deputados federais compromissados com os trabalhadores e os conservadores tomaram quase totalmente o campo de batalha. Nas últimas eleições, houve redução do número de senadores e deputados federais compromissados com os trabalhadores e os conservadores tomaram quase totalmente o campo de batalha. A situação se agravou ainda mais após as últimas eleições, com a redução do número de senadores e deputados federais compromissados com essas causas. O resultado está sendo terrível: perda de força, mobilidade e ação.

Os conservadores, por sua vez, tomaram quase totalmente o campo de batalha. Isso vem sendo traduzido nos projetos que estão sendo apresentados ou reavivados das gavetas do Legislativo.

Recentemente, a Comissão Mista da Medida Provisória 680/15, que institui o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), aprovou uma emenda de autoria do deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), que na prática revoga a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Direitos assegurados na lei, como Carteira assinada, 13º salário, horas extras, vale-transporte, auxílio-alimentação, seguro-desemprego, adicionais, fundo de garantia, férias, jornada de trabalho, direitos das domésticas e outros direitos ficam vulneráveis, correndo o risco de serem extintos.

Muito grave também foi a forma como aprovaram a emenda: sem debate algum. Uma espécie de reforma trabalhista empurrada goela abaixo. Durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado foi aventado que o governo federal teria interesse que a emenda à MP 680 fosse aprovada. Não acredito nisso. Recuso-me a crer em tal cretinice. O próprio ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, me garantiu que é um absurdo achar que o Executivo está por trás dessa proposta.

Nesta mesma esteira encontra-se o PLC 30/15, da Câmara dos Deputados, que trata da terceirização de qualquer setor de uma empresa, incluindo a atividade-fim. Essa proposta enfraquecerá o sistema de negociação coletiva e o controle judicial.

Ela já foi aprovada na Câmara e atualmente tramita na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (Agenda Brasil), sob minha relatoria.

É importante destacar o que diz o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho sobre a terceirização: em cada dez acidentes de trabalho, oito ocorrem em empresas terceirizadas. De cada cinco mortes em ambiente de trabalho, quatro se dão em empresas assim.

O levantamento das Centrais Sindicais, por sua vez, mostra que o salário nessas empresas é 30% inferior ao normal. Os terceirizados trabalham, em média, três horas semanais a mais e permanecem menos tempo no emprego: 2,5 anos, ao passo que os demais permanecem seis anos, em média.

Temos ainda o PL 450/15, que cria o Simples Trabalhista, e o PL 1.463/11, que institui um novo Código do Trabalho.

A Comissão de Direitos Humanos do Senado está promovendo um movimento de mobilização nacional por meio de debates em Brasília e audiências públicas nas Assembleias Legislativas dos Estados, chamando a atenção para o verdadeiro crime de lesa-pátria que está sendo articulado contra os brasileiros.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho também está esclarecendo a população, reafirmando que essa orquestração afronta a Constituição. Portanto só há uma forma de barrar o fogo do dragão: a mobilização da população nas ruas, dos estudantes e dos movimentos sindical e social. Se for preciso, vamos parar o Brasil.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

15/10/2015 - Carta Maior

Aldo Fornazieri: 'Aécio Neves é um elemento perigoso para a democracia brasileira'

'Aécio é uma pessoa dotada do sentimento de egoísmo, do poder pelo poder, de uma ambição absurda e que não se conforma pelos resultados ditados pelo povo'

Para o diretor acadêmico da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fespsp), Aldo Fornazieri, a tentativa de impeachment da presidenta Dilma Rousseff é alimentada pelo candidato da oposição nas eleições de 2014. "É um inconformismo de Aécio Neves (PSDB-MG), que é uma pessoa aparentemente dotada do sentimento de egoísmo, do poder pelo poder, de uma ambição absurda, e uma pessoa que não se conforma pelos resultados ditados pelo povo. É um elemento perigoso para a democracia brasileira", afirmou Fornazieri nesta quarta-feira (14), em entrevista à RBA.

Fornazieri destaca as duas frentes que sustentam a perspectiva de golpe: no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde os tucanos querem cassar a chapa Dilma-Temer, e na Câmara, com o processo de impeachment propriamente dito. Mas, para Fornazieri, esses questionamentos são superficiais. "Decorrem de uma luta pelo poder sem escrúpulos, na medida em que não existe um fundamento legal para ter um impeachment, e na medida em que o próprio TSE havia aprovado as contas da Dilma".

Nesta entrevista, o acadêmico analisa também a fragilidade do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), cujas provas de corrupção são contundentes, e fala do papel do Superior Tribunal Federal (STF), que proibiu a doação de empresas para campanhas política. "O STF passou a legislar, embora de forma indesejável, porque quem deveria fazer uma reforma política é o Congresso, mas na medida em que o Congresso não funciona, virou uma casa de negociatas políticas e de tráfico político, o STF passa a legislar de certa forma ferindo o próprio principio republicano de separação de poderes. Infelizmente essa é a situação."

Confira a íntegra da entrevista:

Quanto dessa crise pode estar vindo de uma manipulação midiática?

A crise atual tem alguns aspectos complexos. Em primeiro lugar, existe uma crise ética no Brasil por conta dos escândalos na Petrobras. Aprofundou-se na sociedade a ideia de que toda estrutura política é corrupta e de que os partidos não têm legitimidade, nem as instituições. Existe também uma crise política, que tem muito de artificial, porque é evidente que o governo Dilma cometeu erros, porém, a partir desses erros, a oposição, particularmente Aécio Neves (PSDB-MG), inconformado com a derrota, quer a presidência a qualquer custo. Ele está insuflando uma crise artificial.

Essa crise envolve dois movimentos. O primeiro é a ação do PSDB no TSE querendo cassar a chapa Dilma-Temer para ter uma nova eleição. O segundo é o processo de impeachment na Câmara dos Deputados. Essas questões são artificiais. E elas decorrem de uma luta pelo poder sem escrúpulos, na medida em que não existe um fundamento legal para ter um impeachment, e na medida em que o próprio TSE havia aprovado as contas da Dilma.

Junto de Aécio estão outros líderes da oposição, está o próprio Gilmar Mendes, que se tornou um conspirador, e aparentemente o próprio Augusto Nardes, do TCU, porque entendo que as questões das pedaladas fiscais são um problema que tem de ser corrigido, mas na medida em que FHC e Lula as praticaram, o TCU deveria ter feito um termo de ajustamento de conduta dizendo 'Olha, até agora vínhamos tolerando as pedaladas fiscais, mas de agora em diante não vamos mais tolerar'. E fazer com que o governo assumisse o compromisso de não praticar mais. Senão, você comete uma injustiça.

Leia mais em:

http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/-Aecio-Neves--e-um-elemento-perigoso-para-a-democracia-brasileira-/4/34746

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/10/2015 - Carta Maior

Os paraísos fiscais contaminam o sistema financeiro global

Boa parte das atividades dos paraísos fiscais é legal. A grande corrupção é cometida pelos grupos que sequestram o Estado e geram a sua própria legalidade

Estamos acostumados a ler denúncias sobre os paraísos fiscais, mas a realidade é que apenas muito recentemente começamos a nos dar conta do papel central que jogam na economia mundial, na medida em que não se trata de "ilhas" no sentido econômico, mas de uma rede sistêmica de territórios que escapam das jurisdições nacionais, permitindo assim que o conjunto dos grandes fluxos financeiros mundiais fuja das suas obrigações fiscais, esconda as origens dos recursos, ou mascare o seu destino.

Todos os grandes grupos financeiros mundiais, e os maiores grupos econômicos em geral, estão hoje dotados de filiais (ou matrizes) em paraísos fiscais. Os paraísos fiscais constituem uma dimensão de praticamente todas as atividades econômicas dos gigantes corporativos, formando um tipo de uma gigantesca câmara mundial de compensações, onde os diversos fluxos financeiros entram na zona de segredo, de imposto zero ou equivalente, e de liberdade relativamente a qualquer controle efetivo. Os recursos serão reconvertidos em usos diversos, nos espaços declarados formais, livres de qualquer pecado. Não é que haja um espaço secreto, é que com a fragmentação do fluxo financeiro, que ressurge em outros lugares e com outros nomes, é o conjunto do sistema que se torna opaco: "Se você não pode ver o todo, você não pode entendê-lo. A atividade não acontece em alguma jurisdição – acontece entre as jurisdições. O 'outro lugar' se tornou 'lugar algum: um mundo sem regras'".(28)

Os volumes são conhecidos desde que a pressão das sucessivas reuniões do G20 e os trabalhos técnicos do TJN (Tax Justice Network), do GFI (Global Financial Integrity), do ICIJ (International Consortium of Investigative Journalists) e do próprio Economist passaram as nos fornecer ordens de grandeza: são cifras da ordem de 21 a 32 trilhões de dólares, para um PIB mundial de 73 trilhões (2012). O Brasil participa com algo como US$520 bilhões, quase 30% do PIB. A OCDE acaba de lançar um primeiro programa de contenção dos drenos e do caos financeiro mundial gerado, o BEPS (Base Erosion and Profit Shifting), mais uma das múltiplas tentativas de se criar um marco legal para conter o caos planetário gerado. Mas na base está um problema central: o sistema financeiro é planetário, enquanto as leis são nacionais, e não há governo mundial.

O sistema impacta diretamente os processos produtivos: "Keynes entendeu a tensão básica entre a democracia e os fluxos livres de capital. Se um país tentar reduzir as taxas de juros, digamos, para estimular as industrias locais em dificuldades, é provável o capital vazar para o exterior na busca de uma remuneração mais elevada, frustrando o seu intento".(56) Quando além disto se pode ganhar mais, e deixar de pagar impostos, qualquer política econômica de uma nação se torna pouco realista. Assim "o sistema offshore cresceu com metástases em todo o globo, e surgiu um poderoso exército de advogados, contadoras e banqueiros para fazer o sistema funcionar...Na realidade o sistema raramente acrescentava algum valor, mas pelo contrário estava redistribuindo a riqueza para cima e os riscos para baixo, e criando uma nova estufa global para o crime". (130)

Leia mais em:
http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Os-paraisos--fiscais-contaminam-o-sistema-financeiro-global/7/34731

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/10/2015 - Altamiro Borges

Leitores confirmam: Folha é de direita!

A Folha tucana divulgou nesta quarta-feira (14) mais uma daquelas pesquisas feitas sob encomenda ao instituto da própria famiglia Frias - o Datafolha, que alguns já apelidaram de "Datafalha" ou de "DataSerra". O objetivo da enquete, bastante óbvio, é desgastar o governo Dilma num momento de dificuldades em várias terrenos. Segundo a pesquisa, destacada pelo jornal, "61% dos leitores querem renúncia de Dilma". O levantamento, porém, traz outro dado interessante que ficou meio ofuscado; a maioria dos leitores considera que a Folha é um jornal de "centro-direita" e de "direita" - o que indica que até os "midiotas" tem os seus momentos de lucidez e sinceridade.

O Datafolha ouviu 733 leitores da própria Folha nos dias 18 e 19 de setembro e 2 e 3 deste mês - em pleno auge da crise política alimentada pelos golpistas da mídia e da oposição conservadora. "A renúncia da presidente é defendida por 61%. Na pergunta sobre impeachment, um grupo menor, de 51%, se mostrou favorável ante 66% do eleitorado total no último levantamento nacional do instituto, em agosto. Mesmo assim, só 37% acham que Dilma vai ser de fato afastada. Para 57% ela continua onde está. Para 77% dos leitores, o governo Dilma é ruim ou péssimo. É uma taxa parecida com a do eleitorado em geral, que marcou 71% de reprovação".

A própria pesquisa revela que 60% dos leitores da Folha não têm partido de preferência, "mas 59% votaram em Aécio Neves (PSDB) no segundo turno da eleição presidencial de 2014". Manipulados diariamente pelo jornal, apenas 22% dos eleitores disseram ter votado em Dilma - que diferente do resultado final do pleito de outubro, que garantiu democraticamente a reeleição da presidenta. O mais revelador, porém, surge na sequência: "Politicamente, o maior grupo de leitores (30%) posicionou a Folha como uma publicação de centro-direita. Para 26%, ela é de centro. Outros 22% o identificam como de direita. O jornal é visto como de centro-esquerda por 12%. E de esquerda por 5%".